COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO N° . DE 2023

(Da Sra. MEIRE SERAFIM)

Requer, na forma do art. 17, inciso II, alínea "a" do RICD, a devolução da matéria Presidente da Casa para redistribuição a Comissão distinta.

Senhor Presidente:

Tendo sido designada relatora para o PL 1.347, de 2022, que "proíbe a comercialização de produtos alimentícios em formato de órgãos sexuais humanos em estabelecimentos comerciais e similares de acesso público" pela Comissão de Saúde, verifiquei que a matéria passou a ser de competência Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância. Adolescência e Família.

Requeiro, assim, que se proceda à redistribuição da proposta para sua melhor apreciação.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 1.347, de 2022, do Deputado Pastor Gil, intenta proteger as crianças e famílias da exposição a produtos alimentícios em formato de órgãos sexuais humanos. A preocupação, no caso presente, é proteger crianças, principalmente, da exposição indevida a este tipo de produto. Assim, sendo a ênfase na proteção contra situações que considera vexatórias, configura-se a competência da nova Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.





Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 32, XXIX, esse órgão passou a ter a incumbência de analisar matérias de direito de família e do menor (h) e as relativas à família, ao nascituro, à criança e ao adolescente (i). Já na esfera de nossa Comissão de Saúde, não se verifica nexo tão estabelecido.

Solicitamos, desta forma, a redistribuição do PL 1.347, de 2022, à Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada MEIRE SERAFIM

